

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS. DEPOIMENTOS

VALTER HUGO MÃE, MARIA DE LOURDES PEREIRA,
JOSÉ RUI TEIXEIRA, PERFECTO CUADRADO

RESUMO: Os autores revisam a sua relação com o facto histórico que, 50 anos atrás, marcou as suas vidas pela mudança radical da situação política em Portugal. O fim da ditadura sincroniza o país com o ritmo dos tempos, abrindo a porta às liberdades, à superação das ideias colonialistas e aos direitos das mulheres e das minorias. As novas gerações fazem uma revisão da consciência histórica recolhida a través de testemunhas indiretas ou experiências de primeira infância pelas mudanças na vida familiar, enquanto desde Espanha se lembra a alegria partilhada em meio universitário pela liberdade conquistada no país vizinho.

PALAVRAS CHAVE: 25 de abril em Portugal; Revolução dos Cravos; retornados; democracia em Portugal.

LA REVOLUCIÓ DELS CLAVELLS. TESTIMONIS

RESUM: Els autors revisen la seva relació amb el fet històric que, 50 anys enrere, va marcar les seves vides degut al canvi radical de la situació política a Portugal. La fi de la dictadura sincronitza el país amb el ritme dels temps, obrint la porta a les llibertats, la superació de les idees colonialistes i els drets de les dones i de les minories. Les noves generacions fan una revisió de la consciència històrica rebuda a través de testimonis indirectes o experiències de la primera infància a causa dels canvis en la vida familiar, mentre des d'Espanya es rememora l'alegria compartida en l'entorn universitari per la llibertat que s'estava conquistant al país veí.

PARAULES CLAU: 25 d'abril a Portugal; Revolució dels Clavells; retornats; democràcia a Portugal.

THE CARNATION REVOLUTION. TESTIMONIALS

ABSTRACT: The authors analyse their relationship with the historical event that, 50 years ago, marked their lives with a radical change in the political situation in Portugal. The end of the dictatorship synchronised the country with the rhythm of the times, opening the door to freedoms, the overcoming of colonialist ideas and the rights of women and minorities. The new generations are revisiting their historical awareness, gleaned from indirect witnesses or early childhood experiences of the changes in their family life, while from Spain the joy of freedom won in the neighbouring country is remembered.

KEYWORDS: 25 April in Portugal; Carnation Revolution; returnees; democracy in Portugal.

50 ANOS DEMOCRÁTICOS

O aniversário do meu país que verdadeiramente me interessa é aquele que se conta pelo 25 de abril de 1974. Cinquenta anos, essa é a idade que mais importa do Portugal que quero: republicano e democrático. Diria que oitocentos anos foram o longo estágio para a maturação de uma sociedade que finalmente se perspectiva paritária, focada na liberdade de cada um e potenciada pela esperança de ninguém mais ser excluído. Sim, o Portugal que quero tem apenas 50 anos de idade. É um infante, como me parece que o mundo da humanidade é infante também, cheio de falhas e cheio de promessas. A humanidade está apenas esboçada, falta cumprir-se.

Sou ainda nascido no tempo da ditadura, mas cresci em democracia. Pertencço à primeira geração cuja consciência se desenvolveu em liberdade. Isso significa que a minha é a geração a quem se coloca o desafio de tomar conhecimento do terror que já não viveu. Foi necessário escutar os mais velhos para acreditar que nos havíamos salvado de um regime predador, castrador, que prendia e matava quem discordasse, que não deixava as mulheres votar sem consentimento dos maridos, as mulheres não podiam empregar-se sem autorização dos maridos, não podiam sequer receber correspondência sem que eles o permitissem. Quando escutei pela primeira vez estas histórias contadas pela minha mãe, tive a impressão de me falarem de há mil anos, de muito, muito antigamente, quando as galinhas ainda tinham dentes e os profetas davam nas águas calmas dos rios.

O 25 de Abril de 1974 aconteceu por lucidez. O país estava farto de uma ditadura de 48 anos, eram cada vez menos aqueles que defendiam o sistema e cada vez mais os que viam pela Europa a bravura de novas consciências, como as que se alardeavam com o Maio de 68. Os costumes mudavam, a rejeição das ideias colonialistas, a rejeição do racismo e a liberdade sexual estavam na ordem do dia e isso haveria de tornar inevitável a defesa da democracia por toda a parte. Nenhuma ideia de igualdade pode ser defendida em sede de ditadura. E a igualdade não tolera o colonialismo nem suporta a subalternização da mulher. Ainda que o Maio de 68 quisesse sobretudo a defesa do acesso à informação e do conhecimento, sem manipulação ideológica, os seus princípios iluministas criariam uma força vital em prol de um humanismo intenso que sonhou de verdade com um mundo melhor para todos. Portugal, fechado no regime opressivo criado por Oliveira Salazar, demorou uns anos a revelar os efeitos do Maio de 68, mas acabaria por o fazer em 1974 nesse golpe de Estado

que culmina o processo revolucionário que impõe a democracia. A chamada Revolução de 25 de Abril é sobretudo a madura celebração de um sentimento generalizado de mudança. Por isso foi possível que acontecesse sem violência. Usaram-se flores nas armas dos militares, cantaram-se canções de fraternidade, conta a História que morreu apenas uma pessoa de comoção. O antigo regime opressor ruiu sem resistência. O povo estava de rosto novo, de esperança viva na rua. O país mudou num dia. Diria, o país curou-se da pior parte de seus males.

Este ano passam cinquenta anos desde a Revolução do Cravos, a revolução das flores, a bela revolução dos portugueses. Por ironia, por horror, o país acaba de eleger uma vergonhosa representação fascista no novo Governo. A escalada da extrema-direita um pouco por todo o Ocidente acaba de se consumir em Portugal. São exactamente cinquenta deputados de inspiração abertamente fascista eleitos para o parlamento português, um por cada ano deste tão importante aniversário, o que contradiz a própria Constituição e levanta a hipótese de muita gente não ter aprendido nada, apenas o grotesco vício de ofender, perseguir, não reconhecer direitos.

A democracia não é uma conquista segura. Implica empenho constante, um compromisso de renovação diária, assim como a liberdade e a aspiração à paridade. Tudo se exerce com maior ou menor sucesso. Mas é a única decência possível na Política. A opção democrática, resistindo a todas as investidas de má fé, é a decência exigida a qualquer regime. O desafio de hoje está em nos vincularmos a um jogo limpo contra quem não está de boa fé. Quem não joga limpo usa a decência dos outros para se defender e instalar uma frente que pretende claramente terminar com o reduto sagrado da democratização.

O meu país faz cinquenta anos de democracia e enfrenta agora o seu maior perigo desde então. Celebrar seu importante aniversário tem de ser sobretudo ganhar consciência. Ver além da frustração e do medo e escolher sempre o que mais a História nos quis tirar: a autodeterminação. Para tutores, paizinhos e patrões já nos bastam os que legitimamente o são ou foram.

[O autor escreve de acordo com a anterior ortografia]

VALTER HUGO MÃE

A ILHA ONDE NASCEU A MINHA LIBERDADE

A infância vive a realidade da única forma honesta, que é tomando-a como uma fantasia..., não interessando provas, mas sim mistérios.

AGUSTINA BESSA-LUÍS, *Dentes de Rato*

A memória é aquilo que nos veste conforme vamos crescendo e libertando a realidade que nos configura. Com o passar do tempo podemos chegar a redimensionar os factos, ou os pormenores, mas raramente questionamos a sua fiabilidade, já que a memória se encarrega de acarinhar e proteger os fragmentos de vida que foi guardando e encaixando, num exímio trabalho de edificação pessoal.

Olhar em retrospectiva para os meus 50 anos de democracia exige-me simultaneamente generosidade e respeito para com esse trabalho que o tempo tem feito e em que fui aprendendo a confiar, celebrando tanto a fantasia como as provas de uma existência que ela me vem permitindo recuperar.

Se me deixar levar apenas pelo meu instinto infantil, direi que a minha memória de abril de 1974 reside algures numa ilha na costa de Angola. Mas as provas cruzam-se e a viagem de regresso a essa ilha acaba por percorrer um itinerário mais sinuoso que o que guardo na minha lembrança.

As minhas memórias mais sólidas inauguro-as no dia dos meus 4 anos, em setembro de 1973 na cidade de Moçâmedes, até então consigo reconstruir bastantes sequências, mas, apenas traduzidas em quadros ou cenários, desprovidos de um fundo narrativo sequencial. A verdade é que não tenho uma imagem nítida desse dia 25, ou 24, de abril de 1974. Algures nesses cenários estará esse dia inicial que as narrativas do meu pai acabariam mais tarde por referenciar. As notícias que chegavam pela rádio desde a África do Sul davam conta de um golpe de estado na velha metrópole. A (in)consciência infantil não me permitiu captar em nenhum momento inquietação ou temor que essa notícia pudesse ter desencadeado lá em casa junto dos mais velhos. A vida parecia seguir sem nenhum mistério, e o camião carregado de ananases continuava a chegar à rua para nos adoçar as tardes em troca de uma pequena moeda, e nós continuávamos a brincar nas ruas com os vizinhos.

Em dezembro, depois de termos ainda *encomendado* na loja os brinquedos que o menino Jesus nos traria, partimos para o Cuio. As nossas deslocações eram então frequentes, e eu vivia exclusivamente focada no presente e desprovida de qualquer sentimento de perda ou de ausência, por pessoas ou

lugares. Não tinha ainda cabida na minha consciência qualquer noção de saudade.

No Cuio, perto de Benguela construí eu a minha memória mais sólida, creio bem, pelo facto de essa ter sido a minha derradeira experiência em África, pelo que o meu subconsciente decidiu protegê-la de uma forma mais cuidada. Tal fez com que esse espaço assumisse na minha memória a configuração de uma ilha. Uma ilha, não geográfica, mas antes afectiva, porque o meu horizonte era apenas a praia com os seus barcos, conchas e polvos que nela habitavam, tal menina do mar. Uma ilha porque aí vivíamos apenas uma pequena comunidade, sem grandes contactos com o exterior. Uma ilha porque aí vivi um tempo próprio, de liberdade e inocência, onde nada mais me era exigido que ser e ocupar os dias, mais que as noites, como a uma criança competente, sobretudo se a noite for habitada por morcegos. Foi desta insularidade que me transportaram para uma metrópole de bulício, multidões e responsabilidades que até então eu ignorava.

É desses dias insulares que resgato a memória de um final de tarde com a minha mãe sentada a coser, preocupada ao ouvir a rádio e anunciando, cabisbaixa, a iminente saída da nossa casa, de Angola. Por contraste, registei bem a minha alegria: iríamos ver a avó!!! A avó que eu sabia já ser a sua mãe. Sim, porque guardo bem esse momento em que descobri que a minha mãe era não só a minha mãe, como era também a filha de minha avó, uma figura que eu jamais identificaria com o papel de quem me acompanhava em todos os meus dias. Como podia uma mãe não viver com os seus filhos? E os grandes também tinham mãe?

A minha meninice não me tinha ainda ensinado a redimensionar o tempo, pelo que eu não podia prever o alcance da mudança que me aguardava a partir daquele caminho de terra batida que passava rente à linha do comboio que vinha de Benguela, a terra em que nasci.

Os meses que se seguiram ao nascimento da democracia em Portugal têm crescido comigo à medida da minha consciência cultural e civilizacional. Décadas depois, ao ler *Mais um dia de vida*, de Kapuscinski, reavaliei o que significara então a aventura de ir às compras com os meus pais em caça de algum bem mais supérfluo, na mira de se esgotarem os últimos escudos angolanos, ou de ver como a minha mãe se apurava a costurar roupa para deixar aos meus vizinhos que ficariam no seu país, e que eu ignorava não ser já o meu, ou de vigiar o meu pai no fabrico dos caixotes de madeira que transportariam a nossa bagagem, e em que se inscreveriam umas brilhantes e suaves letras vermelhas.

Um as letras que eu começara a desenhar num caderno, guiada pela mão do meu pai, mas cuja lição já só seria retomada no outono português.

É a partir desta memória que nasce a configuração da minha ilha do Cuio, que geograficamente não era uma ilha, mas antes um reduto de infância feliz e de liberdade, sem bens materiais, mas também sem outras necessidades que não fossem as que a natureza se encarregava de alimentar, em que os brinquedos se faziam de conchas e paus, e em que um barco virado ao contrário tanto podia levar-nos a uma gruta secreta como a uma casa.

Ir ao encontro do meu primeiro 25 de abril em democracia é ir ao âmago de uma consciência identitária nem sempre pacífica. Tendo eu nascido já na fase final do Estado Novo, após a morte de António de Oliveira Salazar, a Angola em que eu vivi acaba por ser a imagem projectada por tantos portugueses, encerrados num país de falácias e de meias-verdades; uma ilha em que a realidade era apenas a de um tempo e de um espaço amputados a uma realidade mais vasta e verdadeira. Nessa ilha ficou um tempo de família sempre reunida, embora apartada do seu tronco e raízes. Nesse reduto ficou um tempo de inocência que viria a dar lugar a responsabilidades e esforços imprevistos e ficou, sobretudo, a ingenuidade de uma infância truncada pela necessidade de sobreviver a uma realidade que não podíamos vislumbrar desde a nossa ilha. Essa ilha ficou antes de uma longa travessia de dias, esquivando a morte e o sofrimento que eu desconhecia existirem. A chegada à terra dos avós supôs o encontro com uma verdade inesperada de ostracismo, em que não devíamos exibir a nossa condição de retornados — reiterações linguísticas difíceis de entender para quem aí chegava pela primeira vez — e em que éramos vistos como intrusos numa sociedade incapaz de processar tudo o que em menos de um ano vinha a suceder. De repente, de números passámos a ser vidas concretas, retornando a uma família que não frequentávamos, a uma casa que não habitávamos e a um país que, sendo nosso, não conhecíamos.

Hoje, 50 anos volvidos, torna-se cada vez mais nítida a imagem que o Estado Novo foi delineando, tornando Portugal num arquipélago imperial em que a verdade era a que nos tocava viver onde e quando estivéssemos. Nesse contexto, existíamos numa condição de insularidade que era também a de negação de uma realidade maior. Com a lucidez que o tempo cria, entendemos que a imagem de uma sociedade idílica e pacífica viria a instalar-se exclusivamente num espaço memorístico, em constante disputa com a realidade que depois viríamos a (re)criar.

No meu primeiro 25 de abril não houve cravos vermelhos, nem cânticos, nem marchas, mas nele havia um mistério que só a memória me pode ajudar a desvendar. No fundo, penso hoje que foi nessa minha ilha que aprendi a ler os versos de Sophia e a viver um tempo inicial e inteiro. Se Portugal vivia amordaçado e amedrontado, nessa minha ilha eu aprendi a estimar a liberdade, sem repressão nem temores, e por isso a democracia não foi nunca para mim uma alegoria, mas antes o tesouro que a memória protegeu e de que eu tenho cuidado. Muito contra a vontade dos senhores que então governavam, eu sempre saboreei e apreciei um mundo de igualdades e de liberdade, sem precisar de entender o que era o racismo ou o colonialismo. Quando mo quiseram ensinar, retornava muitas vezes a essa minha ilha para cuidar do meu mar, dos meus amigos, e dos meus dias abertos pelo sol e fechados pela lua. Apesar de tudo, sei que é na infância que está o 25 de Abril que, 50 anos depois, gostava de viver aqui e agora. 50 anos depois, gostava que essa fantasia deixasse de ser apenas fruto de uma inocência para ser produto de uma consciência de cidadania viva e implicada na construção de um tempo futuro. 50 anos depois gostava que algum dia todas as infâncias guardassem os seus mistérios em memórias de liberdade, em que o respeito e a tolerância pelo outro fossem uma linguagem universal.

MARIA DE LOURDES PEREIRA

O DIA INICIAL INTEIRO E LIMPO

Nasci em setembro de 1974, cinco meses depois da Revolução de Abril, que pôs termo a um regime ditatorial que se estendeu por mais de quarenta anos. Não tenho memória do crepúsculo desse regime, mas a minha infância é passada no instável período de estabilização da democracia em Portugal e é marcada pela memória — ainda muito viva — dos últimos anos do Estado Novo, particularmente da conjuntura da Guerra Colonial.

Não me agrada a abordagem tendencialmente maniqueia e esquizofrênica que procura demonizar um período histórico com o propósito — mais ou menos consciente — do discurso panfletário da apologia acrítica de um tempo novo. Seja como for, nesses anos há uma comunidade humana (para evitar conceitos como «país» ou «nação») que, independentemente de questões especificamente político-ideológicas, rompe com um regime autoritário e repressivo, e inicia um caminho para a liberdade e para a democracia, por muito frágeis que sejam nos horizontes (tantas vezes legitimamente decepcionantes) de concretização socioeconómica e política.

Recordo sempre com comoção poética que a minha mãe (com uma formação primária incompleta e sem implicação político-ideológica propriamente dita), sabendo da Revolução pelas emissões radiofónicas ainda incertas, com uma menina de quatro anos pela mão e grávida de mim, juntou-se a essa multidão que veio para a rua, pacificamente, reivindicar aquilo que os Capitães de Abril pareciam lograr: o fim da Guerra e das mordças gastas de um regime que condenava Portugal a um estado claustrofóbico de asfixia, já não tanto pela força do garrote, mas pelo ar rarefeito e pelo cansaço de um país diminuído, adiado, anacrónico.

Recordo-me bem de uma certa instabilidade social no final dos anos 70, da difícil integração dos «retornados» (mais de meio milhão de portugueses) e do modo como a sociedade se foi pacificando na década seguinte. Tenho consciência de como as pessoas se mobilizaram em torno da ideia de um futuro, não em sentido abstrato..., que havia ainda um presente no qual urgia a esperança num sistema democrático, num estado social, em questões tão evidentes como alguns direitos fundamentais. E havia que reinventar as relações internacionais, sobretudo a Europa e uma condição europeia a reivindicar.

Passados cinquenta anos, do 25 de Abril e do meu nascimento, são muitas as sombras que — certamente por culpa própria — não soubemos evitar ou precaver. Talvez não houvesse como contrariar o inverno demográfico que se

abateu sobre Portugal, mas — pergunto — como permitimos que se instalasse essa abulia democrática explícita em tão elevadas taxas de abstenção? Como permitimos que viesse esse cinismo temperado de falácia passadista, tantas vezes na voz de quem mais beneficiou das conquistas dessa Revolução que trouxe para a rua uma mulher como essa, a minha mãe, com a minha irmã pela mão e grávida de mim.

Penso nesses versos de Sophia (do poema «25 de Abril», de *O Nome das Coisas*, 1977), não para legitimar o que está historicamente legitimado, mas para recordar-me que há madrugadas que se esperam; que há dias que nascem iniciais, inteiros e limpos; que há noites e silêncios de que precisamos emergir; e que é livres que habitamos a substância do tempo:

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.

JOSÉ RUI TEIXEIRA

O 25 DE ABRIL VISTO DOS OLHOS DUM ESTUDANTE DE SALAMANCA

O 25 de Abril de 1974 ficou marcado com um traço profundo e a tinta vermelha no território das minhas mátrias afetivas e no mapa dos setores mais críticos da minha geração, como antes tinha acontecido com outros movimentos e acontecimentos históricos como a guerra do Vietname, a revolução cubana ou o Maio de 68. Eu estava então em Salamanca, tinha um encontro com o professor João Palma Ferreira e, deixando os trabalhos previstos, passámos o dia inteiro a partilhar e a discutir informações, dúvidas, sonhos e desejos. No dia seguinte, nós, os amigos, fomos à meia-noite à estação dos comboios para esperar o sudexpresso que vinha de Paris, carregado de exilados e emigrantes portugueses que, já com o comboio parado no cais, gritavam desde as janelas e as portas abertas com gravadores e abraços, carregados de emoção, lágrimas e abraços para todos nós — «agora é a vossa, irmãos» — e lá estávamos concelebrando e cantando a «Grândola» — ou aquilo que da canção tínhamos aprendido numas horas — até o comboio partir e desaparecer na noite rumo à Ítaca recriada e redefinida. A festa repetiu-se no dia seguinte, e ao terceiro dia as autoridades mandaram fechar as portas que davam acesso ao cais, e lá ficámos todos no bar da estação a acenar e a enviar abraços desde a nossa barricada. Os dias foram passando, as notícias da revolução presidiam as informações dos jornais e principais revistas de opinião — *Cuadernos para el Diálogo*, *Triunfo*, *Gentleman*, etc.— dedicaram números especiais que fizeram com que, desta parte da Raia, a gente descobrisse que paredes-meias connosco havia um país de braços abertos à nossa espera — com exceções de um e doutro lado, obviamente, poucas então, mas que parece que hoje alguns se empenham em multiplicar. Viajei até Lisboa ainda com os ecos da revolução nos muros da cidade — «Mortos da vala comum, ocupai as sepulturas» — que eu não pude captar por não ter meios para isso mas que depois recolheriam as mãos e os olhos inteligentes de Ana Hatherly para todos nós. Tive ocasião de conhecer os protagonistas da revolução por ocasião do primeiro encontro Ágora em Cáceres, para o qual organizei, no Museu Vostell de Malpartida de Cáceres, o encontro «A Estirpe dos Argonautas» com Hermínio Monteiro, Cesariny, María Jesús Ávila ou Ernesto Sampaio, entre outros, e que foi lugar de encontro entre Mário Cesariny e Otelio Saraiva de Carvalho. Escrevo isto a sair para a minha terra, Zamora, onde — justamente na Fundação Rei Afonso Henriques— vamos concelebrar o centenário do nascimento de Cesariny e da aparição do Primeiro Manifesto do Surrealismo e o cinquentenário do 25 de

Abril; «estórias» da História, sim, mas que hoje, em especial, vamos ter o prazer de reviver para afirmar a sua vigência, a sua urgente necessidade e a sua luz, que é cada vez mais luz porque as trevas são cada vez mais negras, como Pascoaes dizia e Cesariny reiterava nos momentos de maior desesperança.

PERFECTO CUADRADO



Copyright © Valter Hugo Mãe, Maria Lourdes Pereira, José Rui Teixeira and Perfecto Cuadrado, 2024. This document is under a Creative Commons Attribution-Non commercial-No Derivative Works 3.0 Unported License. To see a copy of this license click here <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>.